

O recado das urnas

*Antônio Augusto de Queiroz**

As eleições presidenciais de 2014, cujo eixo central foi a ética na gestão e a qualidade nos serviços públicos, se deram num ambiente de continuidade, porém com exigência de mudanças de método e de prioridades, semelhante ao recado dado na reeleição do presidente Lula.

Assim, Dilma foi reeleita para aprofundar a meritocracia, prevenir a corrupção e punir desvios e irregularidades, além de ampliar conquistas sociais, assegurar crescimento econômico, preservar ou elevar o padrão de consumo e, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços públicos, uma exigência da nova “classe média”.

Quando foi eleita em 2010, também numa eleição que dividiu o Brasil, a presidente utilizou uma estratégia de pacificar o País que deu certo.

Ela buscou acalmar a classe média e a imprensa, os dois principais críticos de seu antecessor na Presidência da República.

Para a primeira fez um discurso em que prometia eficiência gerencial, meritocracia na gestão, intolerância com incompetência e corrupção.

Para a segunda sinalizou prometendo liberdade de expressão, condenou ditaduras, como a do Irã, com as quais seu antecessor manteve relações próximas, foi enfática na defesa dos direitos humanos, enfim, ganhou a simpatia e o apoio dos veículos de comunicação, pelo menos nos dois primeiros anos de seu governo.

Neste novo mandato, em que mais uma vez tem a oposição da classe média, da imprensa e agora do setor empresarial, liderado pelo mercado financeiro privado, obter o apoio desses segmentos não será uma tarefa fácil.

Some-se a isto o fato de que em sua nova gestão, a presidente terá que fazer um ajuste fiscal, com corte de gastos públicos e aumento de tarifas, o que terá reflexos sobre o bolso dos brasileiros, particularmente os servidores públicos, que poderão ficar privados de reajustes nos próximos dois anos.

Para cumprir seus objetivos e pacificar o País, entretanto, a presidente Dilma terá que mudar seu estilo e método de governar. Se não fizer um gesto aos agentes econômicos, políticos e sociais, abrindo diálogo com as forças que lhe fizeram oposição, não conseguirá o retorno dos investimentos, a manutenção da geração de emprego e renda, nem terá condições para controlar a inflação e as contas públicas.

() Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap*

Bancada Sindical

Representação dos trabalhadores diminui na Câmara e é mantida no Senado

Páginas 5

Eleições 2014

Levamentamento aponta distorções das coligações eleitorais

Páginas 6

Congresso Nacional

Prognóstico eleitoral do Diap tem alto índice de acerto

Páginas 12

Peculiaridades e dados ilustrativos da eleição para a Câmara

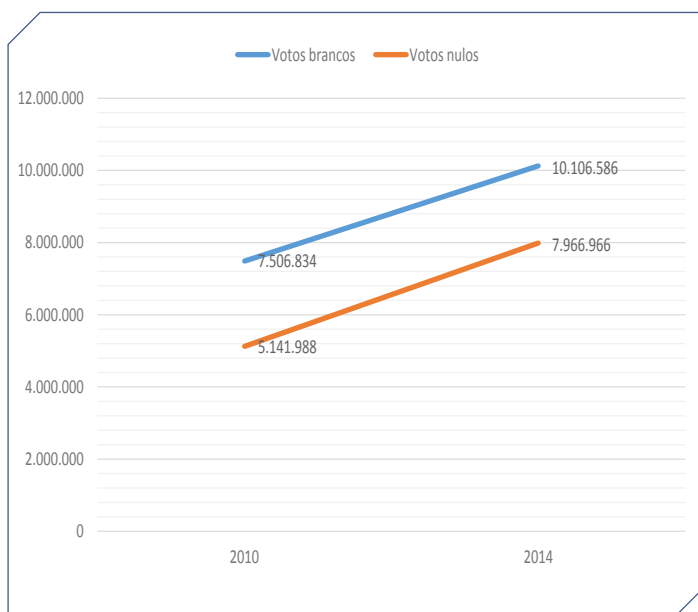
A eleição para a Câmara dos Deputados em 2014, apesar de ter aumentado o número de eleitores inscritos no TSE, foi menor que em 2010. Em quase todos os indicadores, a eleição deste ano foi menos representativa que a anterior para a Câmara dos Deputados: o comparecimento às urnas foi maior, mas houve redução dos votos de legenda e dos votos nominais, além do aumento dos brancos e nulos.

QUADRO DE VOTAÇÃO GERAL

Ano	Votos Nominais	Votos Legenda	Votos em Branco	Votos Nulos	Votos Válidos	Comparecimento
2014	88.726.997	8.106.031	10.106.586	7.966.966	96.833.028	211.739.608
2010	89.367.502	9.022.359	7.506.834	5.141.988	98.389.861	209.428.544

A quantidade de votos válidos na eleição para a Câmara dos Deputados em 2014, apesar de ter aumentado o número de eleitores inscritos no TSE, foi menor que em 2010. Em quase todos os indicadores, a eleição deste ano foi menos representativa que a anterior para a Câmara dos Deputados: o comparecimento às urnas foi maior, mas houve redução dos votos de legenda e dos votos nominais, além do aumento dos brancos e nulos.

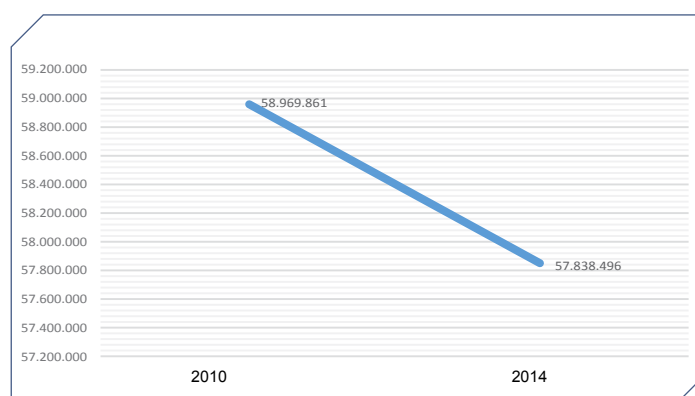
GRÁFICO COM VOTOS NULOS E BRANCOS



QUADRO DE VOTAÇÃO DOS ELEITOS PARA A CÂMARA

2014

Ano	Votação dos eleitos
2014	57.838.496
2010	58.969.861



*Lembrando que vários candidatos subjuíce ainda não estão com os votos divulgados, portanto, deve aumentar e superar a representatividade de 2010. Apesar de o número de votos nominais para os deputados eleitos ter decrescido em relação ao pleito de 2010, ainda assim, a Câmara continua muito representativa. Nenhum candidato a presidente nem a soma dos votos dados aos senadores alcançou esse número de votos.

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br
diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão
Ulisses Riedel de Resende

Edição
Viviane Ponte Sena

Redação
Alysson Alves, André Luis dos Santos,
Antônio Augusto de Queiroz, Iva Cristina Pereira de
Sant'Ana, Marcos Verlaime, Neuriberg Dias, Ricardo
Dias de Carvalho, Robson Lopes
e Viviane Ponte Sena

Diagramação
Fernanda Medeiros
Fone: (61) 3224-5021
Ilustração capa: Cerino
Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO-SP e FEPESP)

Vice-Presidentes

Lúcio Flávio Costa (CNPL)

Jacy Afonso (SEEBB-DF)

João Batista da Silveira (SAAE-MG)

Nelson de Miranda Osorio (COBAP)

Cledo de Oliveira Vieira (SINDJUS-DF)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF-DF)

Suplente

Carlos Cavalcante Lacerda (CNTM)

Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente

Mário Souto Lacerda (SAEP-DF)

Tesoureiro

Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Suplente

Maria das Graças Costa (CUT-Nacional)

Conselho Fiscal

Efetivos

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos-SP)

Pedro Armengol (CONDSEF-CUT)

Aramis Marques da Cruz (Sindicato Nacional dos
Moedeiros)

Suplentes

Ricardo Nerbas (SINTEC-SP)

Arthur Emílio O. Caetano (STIU-DF-FNU)

Francisco Pereira da Silva (SINRAD-DF)

QUADRO GERAL DO DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA

Partido	Votos Legenda	Votos Nominais	Votos Válidos	% Válidos	Candidatos	Eleito	Não Eleito
PT	1.750.181	11.794.037	13.544.218	14,02	359	70	289
PMDB	738.841	10.037.476	10.776.317	11,15	339	65	274
PSDB	1.927.681	9.107.180	11.034.861	11,42	293	53	240
PP	270.956	5.890.072	6.161.028	6,38	156	36	120
PSD	329.992	5.632.805	5.962.797	6,17	160	37	123
PSB	659.999	5.600.398	6.260.397	6,48	371	33	338
PR	186.798	5.426.840	5.613.638	5,81	179	33	146
PRB	126.620	4.254.442	4.381.062	4,53	239	20	219
DEM	217.287	3.863.019	4.080.306	4,22	153	22	131
PTB	210.554	3.703.003	3.913.557	4,05	242	25	217
PDT	327.350	3.125.189	3.452.539	3,57	288	18	270
SD	68.062	2.569.799	2.637.861	2,73	149	15	134
PSC	99.840	2.335.446	2.435.286	2,52	155	12	143
PPS	79.863	1.875.271	1.955.134	2,02	115	10	105
PROS	97.177	1.869.825	1.967.002	2,04	89	11	78
PV	195.473	1.804.203	1.999.676	2,07	272	8	264
PC do B	113.396	1.798.758	1.912.154	1,98	71	10	61
PSOL	255.376	1.489.717	1.745.093	1,81	385	5	380
PHS	38.395	872.519	910.914	0,94	238	4	234
PT do B	21.175	789.224	810.399	0,84	212	1	211
PSL	36.082	772.628	808.710	0,84	169	1	168
PTN	40.328	680.524	720.852	0,75	109	4	105
PRP	69.718	653.622	723.340	0,75	221	3	218
PEN	33.301	623.294	656.595	0,68	221	2	219
PSDC	18.656	477.340	495.996	0,51	190	2	188
PRTB	23.195	422.815	446.010	0,46	200	1	199
PMN	34.970	421.035	456.005	0,47	139	2	137
PTC	25.569	311.996	337.565	0,35	177	2	175
PSTU	37.120	151.267	188.387	0,2	87	0	87
PPL	37.648	102.665	140.313	0,15	59	0	59
PCB	29.726	36.889	66.615	0,07	52	0	52
PCO	4.702	8.267	12.969	0,01	9	0	9
Total	8.106.031	88.501.565	96.607.596		6.098	505	5.593

A principal curiosidade foi o fato de que o PSDB teve mais voto de legenda do que o PT. Historicamente, o PT sempre foi o campeão de voto em legenda. Isso demonstra o tamanho do desgaste da agremiação.

QUADRO DE DESEMPENHO DOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA

Candidato	Partido	Coligação	Turno	Votação	%	Turno	Votação	%
DILMA VANA ROUSSEFF	PT	PT / PMDB / PSD / PP / PR / PROS / PDT / PC do B / PRB	1º	43.267.668	41,59	2º	54.501.118	51,64
AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	PSDB / PMN / SD / DEM / PEN / PTN / PTB / PTC / PT do B	1º	34.897.211	33,55	2º	51.041.155	48,36
MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA	PSB	PHS / PRP / PPS / PPL / PSB / PSL	Não eleita	22.176.619	21,32	-	-	-

O resultado do 1º turno sinaliza para uma das eleições mais disputadas desde 1989. Embora a candidata à reeleição tenha tido mais de 40% dos votos válidos, a soma dos votos válidos de seus outros dois principais adversários supera 58%.

A influência das bancadas informais da Câmara no processo decisório

Antônio Augusto de Queiroz ()*

A composição dos partidos políticos, em vários casos, não corresponde ao anseio específico de determinados setores da sociedade. Assim, surgem no Congresso Nacional os grupos suprapartidários ou as bancadas informais com o propósito de promover causas, ideias e interesses. Elas organizam o debate e buscam influenciar decisões em favor das políticas públicas que defendem.

Com a nova legislatura, que iniciará em 2015, as bancadas informais devem desenvolver um papel de influência em determinados temas. Com a grande quantidade de partidos, especialmente na Câmara, que passou de 22 agremiações para 28, ficou mais difícil formar consenso para realização de debates e votações nas casas legislativas.

Em cenários como estes, a tendência é que as bancadas suprapartidárias, com coordenação e temas bem definidos, exerçam influência na definição da agenda do Poder Legislativo. Ao se reunir em torno de bancadas suprapartidárias, como a ruralista, a empresarial, a evangélica e a sindical, por exemplo, os parlamentares acumulam forças dentro do Congresso e organizam pautas para que possam ser debatidas e seus projetos levados à votação.

Entre as bancadas com maior número de parlamentares com vínculo direto e formal com o setor, as recordistas são a empresarial e a ruralista. Estas, assim como a sindical, feminista, evangélica e de policiais/segurança, são as autênticas. As demais, como saúde, educação, transporte etc, costumam ser apenas formais, ou seja, não têm o mesmo nível de comprometimento e envolvimento direto com as causas que defendem ou patrocinam. As de saúde e educação, por exemplo, só se envolvem quanto ao aumento do investimento em educação, dividindo-se quanto à destinação desses recursos em três segmentos: o privado, o filantrópico e o estatal.

As bancadas informais já tiveram mais poder no Congresso Nacional. Desde que o Supremo Tribunal Federal impôs a fidelidade partidária, regra que permite aos partidos enquadrar o voto de seus representantes, ainda que para tanto tenha que fechar questão, a fidelidade ao partido passou a se sobrepor à da bancada. Ou seja, o deputado só vota segundo a orientação da bancada se esta coincidir com a de seu partido ou se o partido, excepcionalmente, o autorizar a votar em desacordo com a orientação da liderança.

Assim, o papel das bancadas será mais de promover uma causa e buscar sensibilizar o partido de seus integrantes para suas pautas, do que propriamente determinar como devem votar seus integrantes.

O levantamento abaixo, elaborado pelo Diap, inclui o número de deputados federais integrantes de cada uma das sete bancadas listadas, bem como suas principais pautas no Poder Legislativo.

As bancadas informais, sempre suprapartidárias, articulam interesses e promovem a defesa de causas com motivações diversas. Podem ser de ordem cívica, ética, moral, de gênero e de raça, ambiental ou econômica, entre outras. O fato é que se constituem em grupos de pressão no interior do Parlamento e com razoável grau de influência.

Jornalista, analista político e Diretor de Documentação do Diap

Bancada	Composição	Temas priorizados
Empresarial	220	Reforma dos direitos trabalhistas, terceirização, competitividade, redução de encargos para o setor, custo Brasil, reforma tributária, renúncias e incentivos fiscais, créditos e monetários
Parentes	112	Evitar restrições na legislação eleitoral que impeçam as candidaturas por relação de parentesco
Ruralista	110	Meio ambiente, regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014 do Trabalho Escravo; regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros, demarcação de terras indígenas e as dívidas de produtores rurais
Evangélica	75	União homoafetiva, células-tronco, defesa da família, aborto
Sindical	51	Defesa dos direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários, manutenção da política nacional de salário mínimo, redução da jornada de trabalho
Feminina	51	Igualdade de gênero, ampliação da licença-maternidade, representação das mulheres em instâncias decisórias, combate à violência contra as mulheres, reforma política com igualdade de gênero
Segurança	23	Maioridade penal, porte de arma, acabar com penas alternativas, modificar o Estatuto do Desarmamento e o Estatuto da Criança e do Adolescente

Bancada Sindical perde força na Câmara dos Deputados; no Senado é mantida a representação

Em primeiro levantamento, Diap identifica que a bancada sindical sofreu grave revés na última eleição. Caiu dos atuais 83 representantes para 51 na Câmara.

A cada eleição, a bancada sofre oscilação. Em 1988, foram eleitos 44 sindicalistas. Em 2002, o crescimento foi exponencial, 74. Talvez por influência ou reflexo da eleição

de Lula. Em 2006, caiu para 54 representantes.

Este dado é extremamente preocupante, especialmente num ambiente de forte investida patronal sobre os direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários no Congresso.

A bancada sindical dá sustentação e faz a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, aposentados e ser-

vidores públicos no Congresso Nacional, além de intermediar demandas e mediar conflitos entre estes e o governo e/ou empregadores.

No Senado, praticamente não houve alteração. A bancada eleita em 2010 registrava oito nomes. Para 2015, houve um pequeno aumento. Serão nove sindicalistas atuando na Casa a partir do ano que vem.

DEPUTADOS	PARTIDO	UF	SITUAÇÃO	PROFISSÃO
Sibá Machado	PT	AC	Reeleito	Geógrafo
Paulão	PT	AL	Reeleito	Eletrotécnico
Afonso Florence	PT	BA	Reeleito	Professor de História e Servidor Público
Alice Portugal	PCdoB	BA	Reeleita	Química Industrial e Farmacêutica Bioquímica
Bebeto Galvão	PSB	BA	Novo	Professor de História
Daniel Almeida	PCdoB	BA	Reeleito	Industriário
Moema Gramacho	PT	BA	Nova	Bióloga
Nelson Pellegrino	PT	BA	Reeleito	Advogado
Valmir Assunção	PT	BA	Reeleito	Agricultor
Waldenor Pereira	PT	BA	Reeleito	Economista
André Figueiredo	PDT	CE	Reeleito	Advogado e Economista
Cabo Sabino	PR	CE	Novo	Corretor de Imóveis, Seguros, Títulos e Valores
Chico Lopes	PCdoB	CE	Reeleito	Professor e Auditor-Fiscal
Augusto Carvalho	SD	DF	Novo	Servidor Público Civil Aposentado
Érika Kokay	PT	DF	Reeleita	Bancária
Max Filho	PSDB	ES	Novo	Servidor Público Federal
João Campos	PSDB	GO	Reeleito	Delegado de Polícia
Waldir Soares	PSDB	GO	Novo	Policial Civil
Adelmo Leão	PT	MG	Novo	Médico, Professor Universitário e Pesquisador
Leonardo Monteiro	PT	MG	Reeleito	Advogado
Padre João	PT	MG	Reeleito	Sacerdote Católico
Patrus Ananias	PT	MG	Novo	Servidor Público Estadual
Vander Loubet	PT	MS	Reeleito	Bancário e Funcionário Público
Zeca do PT	PT	MS	Novo	Bancário
Beto Faro	PT	PA	Reeleito	Agricultor Familiar
Zé Geraldo	PT	PA	Reeleito	Agricultor

DEPUTADOS	PARTIDO	UF	SITUAÇÃO	PROFISSÃO
Assis Carvalho	PT	PI	Reeleito	Funcionário Público Federal
Assis do Couto	PT	PR	Reeleito	Agricultor Familiar
Benedita da Silva	PT	RJ	Reeleita	Assistente Social
Chico Alencar	PSol	RJ	Reeleito	Professor de Ensino Superior e Escritor
Jandira Feghali	PCdoB	RJ	Reeleita	Médica e Música
Luiz Sérgio	PT	RJ	Reeleito	Delineador Naval
Rogério Marinho	PSDB	RN	Novo	Economista e Professor
Bohn Gass	PT	RS	Reeleito	Agricultor Familiar e Professor de História
Fernando Marroni	PT	RS	Novo	Engenheiro
Giovani Cherini	PDT	RS	Reeleito	Tecnólogo em Cooperativismo
Heitor Schuch	PSB	RS	Novo	Agricultor
Jose Stédile	PSB	RS	Reeleito	Administrador Público e Metalúrgico
Marco Maia	PT	RS	Reeleito	Torneiro mecânico, Metalúrgico
Marcon	PT	RS	Reeleito	Agricultor
Maria do Rosário	PT	RS	Reeleita	Professora
Pepe Vargas	PT	RS	Reeleito	Médico
Décio Lima	PT	SC	Reeleito	Professor de Ensino Médio e Advogado
João Daniel	PT	SE	Novo	Articulador do MST
Arlindo Chinaglia	PT	SP	Reeleito	Médico
Ivan Valente	PSol	SP	Reeleito	Professor de Matemática e Engenheiro Mecânico
Paulo Pereira da Silva	SD	SP	Reeleito	Metalúrgico, Controlador de Qualidade e Sindicalista
Roberto Alves	PRB	SP	Novo	Metalúrgico
Roberto de Lucena	PV	SP	Reeleito	Conferencista, Escritor, Pastor Evangélico
Valmir Prascidelli	PT	SP	Novo	Bacharel em Direito
Vicentinho	PT	SP	Reeleito	Bacharel em Direito e Metalúrgico

SENADORES	PARTIDO	UF	SITUAÇÃO	PROFISSÃO
Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM	Atual - 2011-2019	Farmacêutica e Professora
Randolfe Rodrigues	PSOL	AP	Atual - 2011-2019	Professor
Walter Pinheiro	PT	BA	Atual - 2011-2019	Técnico em Telecomunicações
José Pimentel	PT	CE	Atual - 2011-2019	Bancário e Advogado
Hélio José da Silva Lima	PSD	DF	Atual - 2011-2019	Servidor Público Federal
Paulo Rocha	PT	PA	Novo - 2015-2023	Aposentado
Maria Regina Sousa	PT	PI	Atual - 2011-2019	Bancária
Fátima Bezerra	PT	RN	Nova - 2015-2023	Pedagoga
Paulo Paim	PT	RS	Atual - 2011-2019	Metalúrgico

ELEIÇÕES 2014

Como ficariam as bancadas da Câmara sem coligação

As coligações nas eleições proporcionais, feitas sem qualquer critério, têm sido apontadas como o principal problema do sistema eleitoral brasileiro na medida em que distorcem a vontade do eleitor.

De fato, no Brasil, juntam-se partidos com visão de mundo, ideias, programas, ideologias e doutrinas completamente opostas na disputa das eleições proporcionais com o único propósito de atingir o quociente eleitoral e garantir a eleição dos mais votados da coligação.

O DIAP, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral e considerando a hipótese de que os partidos e seus candidatos tivessem tido o mesmo desempenho eleitoral, fez o cálculo de quais seriam as bancadas partidárias sem coligação nas eleições proporcionais.

De acordo com o levantamento, expresso na tabela da página 7, haveria a redução de número de partidos, de 28 para 22, o estado do Amapá seria o único em que nenhum partido teria alcançado o quociente eleitoral, e os grandes partidos seriam os principais beneficiados com o fim das coligações. Apenas como exemplo, o PT passaria de 70 para 102 deputados, o PMDB, de 66 para 102, e o PSDB, de 54 para 68. Como se pode ver, as coligações alteram de modo substantivo a forma de converter votos em cadeiras no Parlamento.

Realmente, são situações absurdas. Dois exemplos ilustram bem as distorções que as coligações nas eleições proporcionais provocam na representação no Parlamento: o Acre e o Distrito Federal.

No Acre, caso não tivesse havido coligação nesta eleição e os partidos tivessem tido o mesmo desempenho eleitoral, apenas o PT teria atingido o quociente eleitoral e, portanto, teria eleito os oito deputados do estado. Como houve coligação, o PT elegeu apenas três e o sistema ajudou a eleger, entre outros, o policial linha dura do PSDB, Major Rocha, beneficiado pelo sistema de coligações.

No Brasil, juntam-se partidos com visão de mundo, ideias, programas, ideologias e doutrinas completamente opostas na disputa das eleições proporcionais com o único propósito de atingir o quociente eleitoral e garantir a eleição dos mais votados da coligação

No caso do Distrito Federal é muito mais grave. Nessa unidade da Federação, mantidos os votos obtidos na eleição de 2014, apenas o PT alcançaria o quociente eleitoral e teria, em consequência, preenchido as oito vagas. No entanto, como houve coligação, o partido elegeu apenas um representante e os votos dados ao PT ajudaram a eleger outro integrante da coligação, o pastor Ronaldo Fonseca (Pros), cujo pensamento e ação em absolutamente nada convergem com o Partido dos Trabalhadores.

Para não ficar apenas nos exemplos do PT, citamos mais três outras

situações em que um único partido teria ficado com todas as vagas do Estado. Caso não tivesse havido coligações, o PMDB teria sido o único partido a alcançar o quociente eleitoral nos Estados de Rondônia e Tocantins, e o PSDB, no estado de Roraima.

Em substituição ao fim das coligações, entretanto, seria justificável, até para preservar os partidos ideológicos, garantir a possibilidade de federações de partidos, por meio das quais um ou mais partidos com afinidade programática e ideológica poderiam se unir para disputar uma eleição, desde que se mantivessem juntos durante todo o período de mandato, sob pena de perda das vagas conquistadas via federação.

CLÁUSULA DE BARREIRA

O DIAP também fez outra simulação quanto ao desempenho dos partidos, considerando a hipótese de vigência de cláusula de barreira, de 5% dos votos nacionais e de 2% em pelo menos nove estados, na qual conclui que o número de partidos com representação no Congresso cairia de 28 para sete. Apenas o PMDB, PT, PSDB, PSB, PP, PSD e PR preencheriam tais requisitos.

A eventual adoção dessas duas medidas – fim das coligações e adoção da cláusula de barreira – combinadas com o fim do financiamento privado de campanha por empresas, conforme decisão a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal, levaria a uma mudança radical em nosso sistema eleitoral, alterando substantivamente a forma de transformar votos em cadeiras no Parlamento.

PROJEÇÃO DAS BANCADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS SEM COLIGAÇÃO COM DISTRIBUIÇÃO POR PARTIDO E ESTADO

PARTIDO	ELEITA	SEM COLIGAÇÃO	GANHA/PERDE	AC	AL	AM	AP*	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
PMDB	66	102	36		3	2	2	2	2	5	2	4	6	6	4		3	7	1	2	5	10	8	8		6	5		3	8
PT	70	102	32	8			1	10	6	8	2	2	2	12	4		4		3	3	5	4				9	3	4	12	
PSDB	54	68	14		3	3		3			2	9		9			4	3	3		3	2			8	1	2		16	
PSB	34	41	7				1	2			2		2	3		8			10	3	2	2				2			4	
PP	36	32	-4					4						5				2	3		3	5				6	2		2	
PSD	37	29	-8			3		4				2		4			3				1	4				1	4		3	
PR	34	24	-10				1	1	2					2					2		2	8							6	
PTB	25	19	-6					1						2					3	2	2	1				2			4	2
PRB	21	14	-7				1	2						1								3							7	
DEM	22	13	-9					4	2					3			1												3	
PDT	19	12	-7				1	1			2		2	1								1				3			1	
PSC	12	10	-2				1	2						1							3								3	
SD	15	8	-7					1	2					1			1					1							2	
PV	8	7	-1										2								2								3	
Pros	11	6	-5						5													1								
PSol	5	6	1														1					4							1	
PCdoB	10	5	-5					2				2		2												1				
PPS	10	5	-5										2								1								2	
PSDC	2	3	1			3																								
PTdoB	1	2	1											2																
PHS	5	1	-4											1																
PTN	4	1	-3																		1									
PCB	0	0	0																											
PCO	0	0	0																											
PEN	2	0	-2																											
PMN	3	0	-3																											
PPL	0	0	0																											
PRP	3	0	-3																											
PRTB	1	3	2																											
PSL	1	0	-1																											
PSTU	0	0	0																											
PTC	2	0	-2																											
TOTAL	513	513	-	8	9	8	8	39	22	8	10	17	18	53	8	8	17	12	25	10	30	46	8	8	8	31	16	8	70	8

Fonte: Fonte TSE, cálculo do DIAP

*De acordo com a simulação, o Amapá foi o único Estado em que nenhum partido atingiu o quociente eleitoral e por isso consideramos eleitos os mais votados.

O Congresso mais conservador desde a redemocratização

Antônio Augusto de Queiroz (*)

O Congresso eleito em 2014, renovado em 46,79% na Câmara e em 81,48% em relação às vagas em disputa no Senado, é pulverizado partidariamente, liberal economicamente, conservador socialmente, atrasado do ponto de vista dos direitos humanos e temerário em questões ambientais.

Sobre a renovação, o que houve, na verdade, foi uma circulação ou mudança de postos no poder, com a chegada ao Congresso de agentes públicos que já exerceram cargos em outras esferas, seja no Poder Executivo, como ex-governadores, ex-prefeitos, ex-secretários, seja no Legislativo, como ex-deputados estaduais, ex-senadores e ex-veredores.

Os novos, considerando assim aqueles que nunca tenham exercido mandato ou cargo público, limitam-se, com raríssimas exceções, aos milionários ou endinheirados, aos religiosos, especialmente evangélicos, aos policiais e apresentadores de programas do chamado “mundo cão”, às celebridades e aos parentes, que contaram com maior visibilidade na mídia.

As coligações nas eleições proporcionais deram dupla contribuição a esse quadro de deterioração da representação política, com reflexos sobre a representatividade e até a legitimidade do novo Congresso: aumentar a pulverização e ampliar o caráter conservador das duas casas legislativas.

As alianças sem compromisso ideológico e programático resultaram numa pulverização partidária jamais vista, com o aumento de 22 para 28 do número de partidos com representação no Congresso, além da redução dos grandes partidos, do crescimento dos médios e do surgimento de mais de uma dezena de pequenos e na-

nicos, muitos deles criados apenas para ter acesso ao fundo partidário e ao horário eleitoral gratuito.

Houve, em quase todos os estados, alianças entre partidos de esquerda e de direita, cujos votos tanto poderiam eleger pessoas identificadas com as pautas sociais e com os direitos humanos, como poderiam sufragar candidatos conservadores, contrários à proteção ao meio ambiente, às conquistas sociais e aos direitos de minorias étnicas, etárias, de gênero, entre outras. Prevaleceu a segunda hipótese, porque os conservadores indicaram “populistas”, “messiânicos”, com grande visibilidade em suas comunidades, e contrários a “tudo que está aí,” e, em geral, em coligações pela certeza de que atingiriam o quociente eleitoral.

Essa opção por aliança com as forças conservadoras resultou na

redução de bancadas de alguns partidos de esquerda e de centro-esquerda, sempre tendo como parâmetro a eleição de 2010. No caso do PT, apesar de ter continuado com a maior bancada da Câmara, caiu de 88 para 70 deputados, com a perda de 18 cadeiras. No PCdoB, por exemplo, a perda foi maior proporcionalmente, descendo de 15 para dez deputados. No PDT não foi diferente, caindo de 28 para 19 deputados. O PV, que tinha eleito 15 em 2010, teve sua bancada reduzida para oito.

Caso as coligações estivessem proibidas no Brasil e os partidos tivessem tido o mesmo desempenho eleitoral, haveria a redução de 28 para 22 no número de partidos com representação no Congresso e os grandes partidos teriam bancadas muito maiores. O PT passaria de 70 para 102, o PMDB, de 66 para 102 e o PSDB, de 54 para 68.

PARTIDO	PMDB	PT	PSDB	PSB	PP	PSD	PR	PTB	PRB	DEM	PDT	PSC	SD	PV	PROS	PSOL	PC do B
ATUAL	66	70	54	34	36	37	34	25	21	22	19	12	15	8	11	5	10
SEM COLIGAÇÃO	102	102	68	41	32	29	24	19	14	13	12	10	8	7	6	6	5
GANHA/PERDE	36	32	14	7	-4	-8	-10	-6	-7	-9	-7	-2	-7	-1	-5	1	-5

PARTIDO	PPS	PSDC	PT do B	PHS	PTN	PCB	PCO	PEN	PMN	PPL	PRP	PRTB	PSL	PSTU	PTC	TOTAL
ATUAL	10	2	1	5	4	0	0	2	3	0	3	1	1	0	2	513
SEM COLIGAÇÃO	5	3	2	1	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	513
GANHA/PERDE	-5	1	1	-4	-3	0	0	-2	-3	0	-3	2	-1	0	-2	-

Nota-se, quando se analisa a tabela completo, o absurdo dessa situação. Dois exemplos ilustram bem as distorções que as coligações nas eleições proporcionais provocam na representação no Parlamento: o Acre e o Distrito Federal.

No Acre, caso não tivesse havido coligação nesta eleição e os partidos tivessem tido o mesmo desempenho eleitoral, apenas o PT teria atingido o quociente eleitoral e, portanto, teria eleito os oito deputados do Estado. Como houve coligação, o PT elegeu apenas três e o sistema ajudou a eleger, entre outros, o policial linha dura do PSDB, Major Rocha, beneficiado pelo sistema de coligações.

O caso do Distrito Federal é muito mais grave. Nessa unidade da federação, mantidos os votos obtidos na eleição de 2014, apenas o PT teria atingido o quociente eleitoral e teria, em consequência, preenchido as oito vagas. No entanto, como houve coligação, o partido elegeu apenas um representante e os votos dados ao PT ajudaram a eleger outro integrante da coligação, o pastor Ronaldo Fonseca (Pros), cujo pensamento e ação em absolutamente nada convergem com o Partido dos Trabalhadores.

Do ponto de vista econômico, o novo Congresso é mais liberal que o atual. Houve uma transferência da ordem de 60 parlamentares dos partidos de esquerda, centro-esquerda e centro, que reconheciam e defendiam um papel proativo do Estado na economia, para partidos de perfil mais liberal, além eleição de liberais em substituição a parlamentares progressistas em partidos de centro. Perderam os que defendiam a presença do Estado na economia, inclusive como forma de evitar especulação ou abusos de preços, via concorrência, como é o caso dos bancos públicos, e ganharam os que entendem que o mercado é perfeito e que o Estado não deve atuar na atividade econômica, nem como regulador tampouco como produtor e fornecedor de bens ou serviços.

O conservadorismo, do ponto de vista social, se expressa em três dimensões. Na redução da bancada sindical, no aumento da bancada empresarial, e na resistência aos programas sociais, como as políticas afirmativas de cotas e o programa Bolsa Família. Foi eleito um número considerável de parlamentares contrários a essas políticas públicas do governo do PT.

O novo Congresso terá como grande desafio impedir retrocessos, já que as chances de avanços ou de reformas, como a política e a tributária, com a instituição do imposto sobre grandes fortunas, são muito remotas

A bancada sindical, cuja função principal é dar sustentação e fazer a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, aposentados e servidores públicos no Congresso Nacional, além de intermediar demandas e mediar conflitos entre estes e o governo e/ou empregadores, sofreu uma drástica redução, passando de 83 para 51 representantes na Câmara, no momento em que os assalariados irão mais necessitar de seu apoio.

Na próxima legislatura, considerando que o governo não vai dispor de margem fiscal para continuar com as concessões ao setor produtivo – incentivos fiscais, monetários, creditícios e/ou renúncias, como aconteceu com a desoneração da folha – a bancada empresarial buscará melhorar a competitividade e a redução de custos, como forma de manter a sua margem de lucros, com a diminuição, flexibilização ou corte de direitos.

Nesse diapasão, a Confederação Nacional da Indústria, que divulga anualmente sua agenda com os projetos prioritários para a indústria, elaborou uma pauta específica para ser trabalhada no Parlamento e no governo, com nada menos do que 101 proposições, que vão desde alteração no texto constitucional, passam por mudanças na legislação ordinária, tratados internacionais, como as convenções da OIT, decretos e portarias, até súmulas e enunciados de tribunais superiores.

O atraso da nova composição do Congresso, do ponto de vista dos direitos humanos, pode ser exemplificado pela presença de mais de uma centena de parlamentares integrantes das bancadas religiosas, especialmente a evangélica e de segurança, policial ou da bala, que foram eleitos, prioritariamente, para combater a união homoafetiva, impedir qualquer tentativa de descriminalização do aborto e da maconha, revogar o estatuto do desarmamento, reduzir a maioria penal, acabar com as penas alternativas em substituição à cadeia, e reduzir o direito de ampla defesa na esfera criminal, entre outras pautas retrógradas.

Em relação à proteção ambiental, igualmente, o novo Congresso é temerário. De um lado porque houve redução do número de parlamentares ambientalistas e, de outro, porque aumentou a bancada ruralista, com forte presença do agronegócio. O número de parlamentares que defendem o uso de agrotóxicos, que são favoráveis ao desmatamento, ao aumento das pastagens e à mudança dos conceitos de propriedade produtiva e do trabalho degradante, bem como contrários à reforma agrária e a favor da PEC que trata das terras indígenas, aumentou em quantidade e qualidade.

Com o novo Congresso, o grande desafio será impedir retrocessos, já que as chances de avanços ou de reformas, como a política e a tributária, com a instituição do imposto sobre grandes fortunas, são muito remotas.

OS MOTIVOS

Muitos são os motivos que levaram a esse resultado. De um lado o ambiente político que se vive no País, de profunda descrença nas instituições, com frequentes campanhas de desqualificação dos agentes públicos, que deixam a impressão de completa degradação moral, e, de outro, a falta de resposta do governo e de estratégia dos partidos responsabilizados por esse quadro, além dos custos de campanha.

A combinação desses dois fatores – acusação e ausência de resposta – levou à percepção de que o Brasil é um País sem perspectivas e está sem comando e entregue à própria sorte, com crescimento econômico baixo, inflação alta, violência elevada e tomado pela corrupção.

Sobre os custos de campanha, além do preço exorbitante – a ponto de uma campanha para deputado federal não sair por menos de R\$ 2 milhões e a de senador, de R\$ 5 milhões – os partidos de um modo geral, inclusive os de esquerda, não deram o devido espaço aos candidatos oriundos dos movimentos sociais, priorizando nomes com acesso a financiadores privados ou integrantes da máquina pública. O reflexo disso foi a redução das bancadas com visão solidária e humanitária, que poderiam fazer o contraponto ao avanço conservador.

Em relação à desqualificação do governo, operacionalizada pela grande mídia a serviço da oposição e do mercado, particularmente do sistema financeiro privado, faltou pulso ao governo para regulamentar a mídia, por intermédio da lei de meios, como existe em qualquer país civilizado do mundo, além de capacidade de diálogo com os setores médios da sociedade, principais alvos das campanhas difamatórias contra o governo.

Nos quesitos transparência, controle e combate à corrupção, faltou divulgar que o governo do PT foi o que mais propôs, apoiou ou tomou medidas nessa área, além de ter sido o que mais deu liberdade aos órgãos de controle, de policiamento e fiscalização.

As realizações nesse campo são inquestionáveis. Basta mencionar as diversas mudanças em nosso ordenamento jurídico para reduzir a cultura do segredo e ampliar o combate a desvios, como a Lei Geral de Acesso à Informação, a Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica, a Lei de Conflito de Interesse, a Lei da Ficha Limpa, a Lei da Delação Premiada, a Lei que trata da Investigação de Organização Criminosa, a Lei Complementar Capiberibe, que determina a divulgação em tempo real de gastos nos três níveis de Governo, e a Emenda à Constituição que permitiu o voto aberto na cassação de mandatos, entre outras.

Na relação com os órgãos de fiscalização e controle, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal, entre outros, nunca houve tanta liberdade de ação dessas instituições. Isso pode ser medido pelo número de prisões, ações na Justiça e fiscalizações havidas no país nos últimos anos, enquanto nas gestões anteriores a lógica era não fiscalizar.

No enfrentamento da crise internacional, o governo fez a opção certa. Em lugar de fazer um ajuste para colocar o Brasil na recessão e eliminar emprego e reduzir renda, decidiu: a) por ampliar o investimento social, b) pela criação de empregos e o aumento da renda do trabalhador, c) por reduzir a pobreza, com programas de distribuição de renda, d) por acumular reservas em dólares, que dão condições ao País de enfrentar crises internas e externas, e) por ampliar o crédito ao setor produtivo e às pessoas, f) por investir em infraestrutura, como aeroportos, portos, rodovias, ferrovias, hidroelétricas, na indústria naval e do petróleo.

PERSPECTIVA DE REFORMAS

Um Congresso com essa configuração, dificulta o avanço de reformas estruturais, como a reforma política. É mais provável que haja mudança por via judicial, como a decisão do Supremo sobre o financiamento de campanha por empresa, do que via Legislativo.

Os temas de maior apelo na reforma política são o fim das coligações e a instituição de cláusula de barrei-

ra, os dois principais responsáveis pelo excessivo número de partidos, a maioria dos quais sem qualquer compromisso com ideias, programas, ideologia ou doutrina.

Quanto às coligações, entretanto, seria prudente substituí-las pela possibilidade da criação da figura da federação de partidos, uma forma de preservar os pequenos partidos ideológicos. Por meio da federação, que só seria possível entre dois ou mais partidos com afinidade programática e ideológica, as agremiações poderiam se unir para disputar uma eleição, desde que se mantivessem juntas durante todo o período de mandato, sob pena de perda das vagas conquistadas via federação.

Sobre cláusula de barreira, o Diap fez uma simulação para saber qual seria o número de partidos caso estivesse em vigor a cláusula de desempenho ou de exclusão. O critério empregado foi o mesmo proposto no art. 13 da Lei 9.096/1995, de 5% dos votos nacionais e de 2% em pelo menos nove estados, que o STF declarou inconstitucional. A conclusão é que o número de partidos com representação no Congresso cairia de 28 para sete. Apenas o PMDB, PT, PSDB, PSB, PP, PSD e PR preencheriam tais requisitos.

A conclusão é que o discurso de cunho moralista na gestão pública e na defesa da família, na negação das conquistas econômicas e sociais do Governo resultou na composição mais conservadora do Congresso, após a redemocratização em 1985. A manipulação de dados e informações, especialmente pela ausência ou ineficiência na comunicação do Governo e dos partidos comprometidos com as causas populares, funcionou. Levou o eleitor desinformado, num ambiente de hostilidade às instituições e aos agentes públicos, a identificar nos políticos populistas e messiânicos, que condenam “tudo que está aí”, os salvadores da pátria, quando, na verdade, são os algozes das reivindicações por mais Estado e por mais direito. Faltou educação política.

(*) jornalista, analista político e Diretor de Documentação do Diap

Eleições 2014: alto índice de acerto no prognóstico do DIAP

*Antônio Augusto de Queiroz**

O Boletim do DIAP, em sua edição de agosto/setembro, publicou prognóstico para a composição do Congresso, em quatro dimensões: 1) número de partidos com representação no Legislativo Federal, 2) índice de renovação na Câmara e no Senado, 3) tamanho das bancadas em cada casa do Congresso, e 4) nomes com potencial de eleição.

Adotou como metodologia a consulta a jornalistas, parlamentares e especialistas, às pesquisas eleitorais, e também partiu do pressuposto de que os candidatos à reeleição, bem como outros postulantes que já exerceram mandatos como vereador de capital, deputado estadual e ex-prefeito de grandes centros seriam os mais competitivos.

O DIAP teve o cuidado de advertir, na apresentação do prognóstico, “que levantamentos com essas características, destinados a identificar os candidatos mais competitivos, estão sempre sujeitos a imprecisões e surpresas, razão pela qual o fato de constar o nome na lista não significava que seria eleito, tampouco que a ausência significava derrota”.

Quanto aos partidos com representação no Congresso, o índice de acerto foi de 100%. O DIAP previu que: 1) o número de partidos aumentaria de 22 para 28; 2) os grandes partidos perderiam deputados e senadores e os pequenos e médios cresceriam; 3) a ordem das maiores bancadas seria mantida, com o PT em primeiro lugar na Câmara e o PMDB no Senado, e o PMDB em segundo lugar na Câmara e o PT no

Senado, com o PSDB em terceiro nas duas casas do Congresso.

Em relação ao índice de renovação, o prognóstico apontava uma renovação superior à média histórica, de 45%, podendo superar 50%. Ficou em 46,79%. Trata-se de uma grande renovação, mas aquém das expectativas em função das manifestações de junho de 2013, que pediam mudanças quantitativas e qualitativas.

O DIAP acertou 100% no Senado e, no essencial, na Câmara dos Deputados: PT, PMDB, PSD, PP, DEM, PSB, PTB, PSC, PPS, PMN, PRP, PEN e PTC ficaram dentro do intervalo de previsão da entidade, entre o mínimo e o máximo

Quanto ao tamanho das bancadas, embora o DIAP tenha acertado no essencial, três fenômenos provocaram pequenos deslocamentos em relação aos pequenos partidos. O primeiro foram as amplas coligações, nas quais era possível prever quantos deputados cada uma elegeria, mas a distribuição entre os partidos poderia variar muito. O segundo foi o desempenho eleitoral dos deputados eleitos Tiririca (PR) e Celso Russomano (PRB), que concorreram em seus partidos isoladamente, ou seja, sem integrar coligação, sendo que a sobra de seus votos ajudou a eleger

quase uma dezena de parlamentares. O terceiro foi a comoção decorrente da morte de Eduardo Campos, que levou o eleitor pernambucano a punir o PT, identificado como o principal adversário do ex-governador, a ponto de o partido, que em 2010 tinha eleito quatro deputados e todos os prognósticos indicavam a eleição de três neste pleito, não ter eleito nenhum deputado em 2014 no Estado.

Apesar disto, o DIAP acertou 100% no Senado e, no essencial, na Câmara dos Deputados: PT, PMDB, PSD, PP, DEM, PSB, PTB, PSC, PPS, PMN, PRP, PEN e PTC ficaram dentro do intervalo de previsão da entidade, entre o mínimo e o máximo. Erramos por pequena margem nos partidos novos (SD, Pros) e nos casos do PR e do PRB, por conta do desempenho de Tiririca e Russomano.

Por fim, o índice de acerto quanto aos nomes com chance de eleição. No Senado foi de 100%. Na Câmara 87,72%, ou seja, dos 513 eleitos, 450 estavam indicados na lista do Diap e somente 12,28% ou 63 nomes não tiveram seus nomes incluídos como candidatos competitivos.

O propósito desta manifestação é apenas evitar que uma conferência apressada, que leve em conta apenas a tabela com o prognóstico das bancadas, induza conclusões precipitadas sem analisar os dados detalhados no referido boletim. Em novembro, o DIAP publicará a “Radiografia do Novo Congresso”, com as principais informações sobre os resultados eleitorais e o perfil do novo Legislativo Federal.

() Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap*